

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Mais um problema

A medida provisória que taxou as aplicações no exterior é vista por diplomatas como algo que vai na contramão do que foi feito até aqui para tornar essas aplicações mais transparentes. E a polêmica arrisca chegar às embaixadas.

Os incluídos

Quem trabalha nas embaixadas aqui e lá fora e mantém aplicações fora do país promete engrossar a voz contra a proposta no Parlamento. A proposta fala apenas em residentes e não distingue funcionários de representações diplomáticas.

Fique esperto

A forma como o ex-presidente Jair Bolsonaro foi recebido no interior de São Paulo deu ao governo a certeza de que a oposição está viva. E, nesse caso, se Lula continuar olhando só para a esquerda, fatalmente perderá a parcela do eleitorado de centro que o elegeu no ano passado.

De turma

Bolsonaro é considerado da direita radical, mas governadores como Ronaldo Caiado (GO), Romeu Zema (MG) e o próprio Tarcísio de Freitas (Republicanos), não. Se um deles conseguir agregar a direita, o PT terá problemas no futuro.

Hora de organizar o jogo

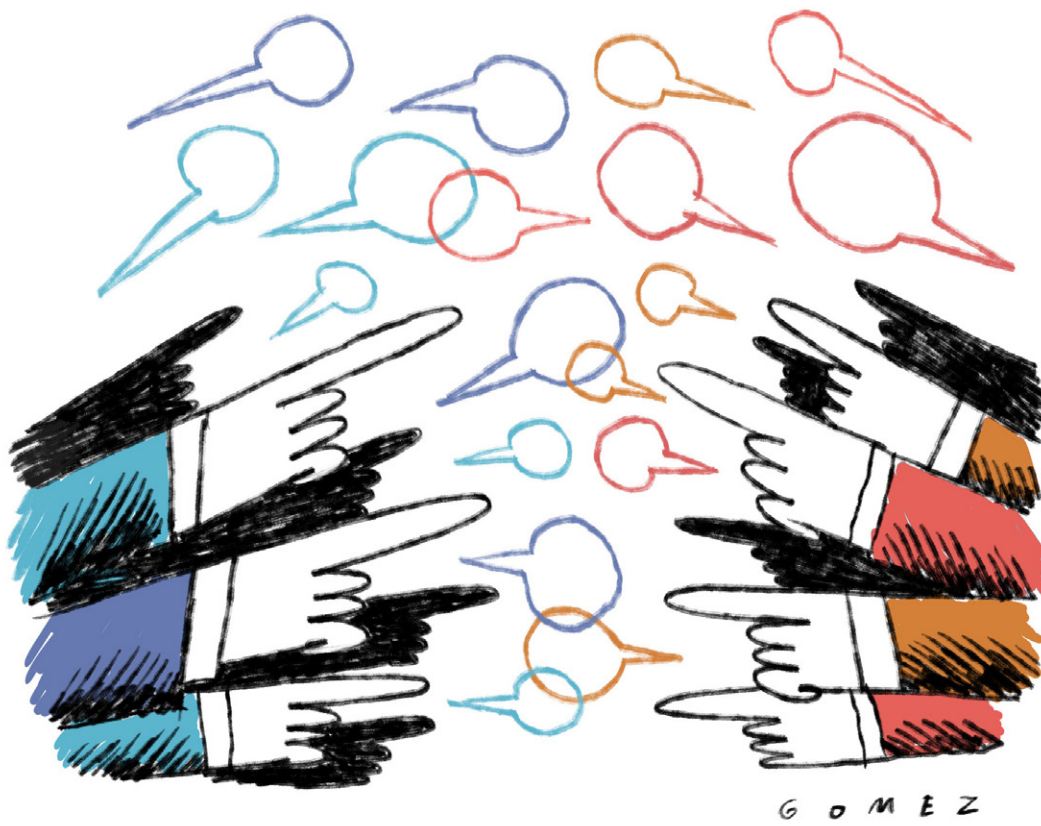
Praticamente todos os partidos têm reunião hoje para definir integrantes das CPIs e estratégias. Na Câmara, o leitor da coluna já sabe, quem caminha para ter maioria na CPMI dos atos de 8 de janeiro é Arthur Lira (PP-AL).

O primeiro embate

O projeto de combate às fake news em análise no Parlamento esta semana se transformou basicamente numa guerra entre governo e oposição, depois que o PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, decidiu abraçar o voto contra a proposta. Essa posição, que também será adotada pelo Republicanos, partido que abarca a maioria dos deputados da bancada evangélica, deixará o governo dependendo muito do agronegócio, se quiser aprovar o texto. E, dado o mal-estar entre o governo e o setor, já tem deputado que se mantém equidistante entre o bolsonarismo e o

petismo, dizendo que o melhor será adiar esta votação. Tem parlamentar, ainda, sugerindo a criação de uma comissão para buscar acordo com as big techs. O clima não está nada bom.

Essa proposta não é a mais crucial para o governo, mas deu aos aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a certeza de que o presidente da República precisa urgentemente fazer gestos ao agro, para compensar o flerte com o Movimento dos Sem-Terra. E, de quebra, deixar no passado o constrangimento da abertura do Agrishow, que terminou cancelada.



CURTIDAS



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Não fui eu/ Os articuladores políticos do governo estão preocupados com o ataque virtual do senador Renan Calheiros (MDB-AL) ao presidente da Câmara, Arthur Lira. Sem citar nomes, Renan (foto) chamou Lira de imperador e os aliados do deputado de "sabujos". O risco é sobrar para o Poder Executivo.

Vocês que se entendam/ O esforço do governo agora é deixar claro que a postagem de Renan em suas redes sociais é uma briga alagoana, que nada tem a ver com o Planalto. Embora Renan tenha respondido à entrevista que Lira concedeu ao jornal *O Globo*, com análises sobre as dificuldades do governo, o Planalto já fez chegar a Lira que o senador não é porta-voz do presidente Lula.

Dois pontos/ O presidente Lula não gostou quando viu os sindicalistas mais atrás e a imprensa bem na frente do palco de comemoração do 1º de Maio, montado no Vale do Anhangabaú. Reclamou logo na chegada. Depois, quando teve dificuldades de caminhar pelo palco, disse que havia muita gente ali em cima. Nos próximos eventos, a ideia é restringir o acesso.

Por falar em São Paulo.../ Enquanto o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) desfila ao lado do ex-presidente Jair Bolsonaro, o ex-governador João Doria fecha os últimos detalhes para o *Lide Brazil Investment* na semana que vem, em Nova York.

CONGRESSO / Relator acusa as empresas que controlam grandes plataformas digitais de "ação suja" contra PL das Fake News, previsto para ser votado hoje. Contrária ao projeto de lei, Google lança ofensiva: "Nova lei pode piorar sua internet"

PL põe big techs na berlinda

» RENATO SOUZA

Relator do PL das Fake News, o projeto de lei que regula a internet, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) acusou ontem as big techs de empreenderem uma "ação suja" para sabotar as discussões sobre o texto. "Nunca vi tanta sujeira em uma disputa política. O Google usa sua força majoritária no mercado para ampliar o alcance das posições de quem é contra o projeto e diminuir a de quem é favorável", disse o parlamentar durante evento do 1º de Maio, em São Paulo.

"Essas empresas estão em um trabalho de sabotagem, tentando articular uma resistência custe o que custar. Eu tenho notícia de influenciadores que estão sendo constrangidos a se posicionar publicamente sobre o projeto", completou.

O projeto de lei pretende coibir a disseminação de informações falsas nas redes sociais, vetando o uso de robôs ou contas automatizadas que não estejam identificadas como contas que não representam um humano em sua gestão. A ideia é criminalizar o uso das chamadas contas

inautênticas, que não representam pessoas reais e são usadas para disseminação em massa de desinformação. De acordo com o texto da proposta, as empresas provedoras de conteúdos na internet, como as companhias donas de Facebook, Instagram, YouTube, Google e outros, passam a ser responsabilizadas caso não impeçam o uso desse tipo de perfil e mantenham no ar discurso de ódio.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), está sendo pressionado, nos bastidores, para adiar a votação, prevista para ocorrer hoje. De acordo com fontes consultadas pelo **Correio**, Lira pretende avaliar se realmente existe apoio na casa legislativa para aprovar a nova lei. Ele vem sofrendo pressão principalmente de parlamentares de extrema direita que são contra a proposta e por parte das big techs.

Apoiada pelo governo atual, a medida foi apresentada ainda na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mas ganhou força neste ano, após plataformas de mídias sociais serem usadas para planejar e ameaçar atentados contra escolas.

As empresas que controlam

Marcelo Ferreira/CB/DA.Press



"Estão em um trabalho de sabotagem, tentando articular uma resistência custe o que custar", diz Orlando Silva

grandes plataformas digitais são contra a nova lei, alegando que o governo poderia censurar conteúdos difundidos na rede. Outro trecho que incomoda as companhias é o que obriga que empresas e microempreendedores individuais sejam remunerados

por conteúdos jornalísticos publicados nas plataformas de redes sociais e em buscadores.

A medida é vista como uma maneira de combater a desinformação, pois incentiva financeiramente o jornalismo profissional, a exemplo do que ocorreu em outros

países, como Austrália e Canadá. O Google colocou uma mensagem contra o projeto em sua página inicial. "Se for aprovado do jeito que está, o PL iria na contramão do seu objetivo original de combater a disseminação de notícias falsas. Uma das consequências indesejadas,

por exemplo, é que o PL acaba protegendo quem produz desinformação, resultando na criação de mais desinformação", destaca o texto, assinado por Marcelo Lacerda, diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google Brasil.

Em nota, o presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Marcelo Rech, afirmou que o Brasil passa por "efeitos desagregadores e perversos da desinformação" e que o país "não pode esperar mais" para ter uma lei de combate à desinformação, a exemplo de nações como "Índia, Indonésia, Reino Unido e EUA, além da União Europeia", que "estão indo pelo mesmo caminho".

O texto sofreu diversas alterações desde que começou a tramitar em regime de urgência. Uma das mudanças resultou na exclusão do artigo que previa a criação de um órgão regulador, que seria responsável por fiscalizar o cumprimento das regras previstas no projeto de maneira autônoma e independente. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) chegou a se oferecer para cumprir essa atribuição. Na versão anterior, o Comitê Gestor da Internet ocuparia a função até a criação da nova entidade.

Ed Alves/CB/DA.Press



Diretora do Senado falou ao **CB.Poder** sobre os 200 anos do Parlamento

"É preciso valorizar a democracia"

» RAPHAEL PATI*

Nesta semana se comemora o bicentenário da instalação da primeira assembleia nacional constituinte, ocorrida em 3 de maio de 1823, no Rio de Janeiro. Para a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, os atos golpistas do 8 de janeiro podem ser considerados o encerramento desse ciclo de 200 anos. E espera que a história ajude a população a entender a importância de se valorizar a democracia.

"Vendo a importância que o Senado reconhece, de trabalhar a democracia como conceito e a importância da democracia, esse esforço que nós vamos começar na quarta-feira, Dia do Parlamento, vai ser culminado, ao mostrar o que é o Senado para o Brasil", opinou Ilana, em entrevista ao **CB.Poder** — parceria do **Correio Braziliense** com a TV Brasília. A íntegra do programa, que contou com a jornalista Denise Rothenburg na bancada, está disponível

nas redes sociais do **Correio**.

A diretora-geral, que é servidora de carreira da Casa há 25 anos, destacou ainda uma das iniciativas que fazem parte das comemorações dos 200 anos da primeira assembleia constituinte: o lançamento de um livro inédito que compila as declarações dos imperadores D. Pedro I, D. Pedro II e da Princesa Isabel ao Parlamento brasileiro, além das respostas em agradecimento, escritas pelos próprios congressistas à época.

A obra *As Fallas do Trono* — Senado e Câmara na construção do Império do Brasil contém quatro volumes e será lançada em sessão especial no Congresso nesta quarta. "É uma obra que nos permite a compreensão daquele período. E não há nada mais importante do que compreender a história para saber porque que nós somos como somos."

*Estagiário sob a supervisão de Andreia Castro